

PROCESSOS INSTRUÍDOS EM 2012 – ESFERA ESTADUAL

Tabela 01 – Processos instruídos na ESFERA ESTADUAL

PROCESSOS INSTRUÍDOS	TOTAL
U.G.E.	3.339
Autarquia	86
Almoxarifado / Campus Unesp	241
Consórcio	0
Economia Mista	70
Empresa Pública	5
Entidades de Previdência	6
Fundação de Apoio	58
Fundação Conveniada	25
Fundação Típica	94
Fundo de Previdência	0
Organização Social	0
Entidade Gerenciada	23
Fiscalização Especial / Extraordinária	7
Admissão de Pessoal	1.054
Apartado	0
Aposentadoria / Pensão / Reforma	305
Consulta	0
Contrato / Convênio	6.566
Denúncia	0
Esporádico	13
Exame Prévio de Edital	112
Expediente	8.927
Preferencial	15
Prest. Contas de Adiantamento	792
TCA	254
Prest. Contas - Contrato de Gestão	0
Prest. Contas - Termo de Parceria	0
Prest. Contas - Conv. 3º Setor	168
Repasses Públicos 3º Setor	522
Aces 1 Gestão Fiscal	0
Repasses Órgão Público - Convênio	638
Prest. Contas Convênio Repasses	321
Prest. Contas Convênio V. Inferior	406
Prest. Contas Aux/Subv/Contribuição	72
Repasses Pub. 3º Setor Aux/ Subv/Cont.	123
Outros	1.598
TOTAL	25.840

Fonte: DSF I e DSF II

Do total de 25.840 processos instruídos na esfera estadual, 20.678 (80,02%) equivalem a processos de:

- Contrato
- Expediente
- U.G.E.
- Admissão de Pessoal
- Prest. Contas de Adiantamento

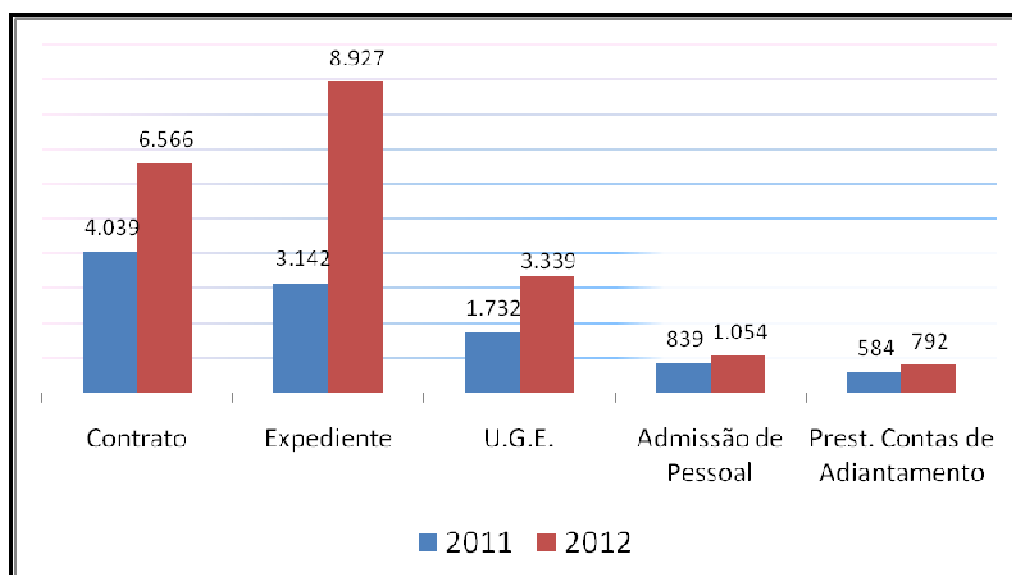
Considerando o exercício de 2011 como base de comparação, ficamos com a seguinte distribuição:

Tabela 02 – Distribuição dos principais processos na ESFERA ESTADUAL

Processo	2011	2012	Variação Percentual
Contrato	4.039	6.566	62,56%
Expediente	3.142	8.927	184,12%
U.G.E.	1.732	3.339	92,78%
Admissão de Pessoal	839	1.054	25,63%
Prest. Contas de Adiantamento	584	792	35,62%

Fonte: DSF I e DSF II

Gráfico 01 – Variação do volume de processos de 2011 para 2012 – Esfera Estadual



PROCESSOS INSTRUÍDOS EM 2012 – ESFERA MUNICIPAL

Tabela 03 – Processos instruídos na ESFERA MUNICIPAL

PROCESSOS INSTRUÍDOS	TOTAL
Prefeitura	1.855
Câmara	1.759
Autarquia	314
Consórcio	240
Economia Mista	126
Empresa Pública	80
Entidade de Previdência	338
Fundação de Apoio	49
Fundação Conveniada	5
Fundação Típica	147
Fundo Previdência	117
Organização Social	0
Entidade Gerenciada	21
Fiscalização Especial / Extraordinária	0
Admissão de Pessoal	4.124
Apartado	398
Apartado (autuados)	248
Autos Próprios (autuados)	760
Aposentadoria / Pensão	773
Consulta	0
Contrato / Convênio	4.449
Denúncia	0
Esporádico	4
Exame Prévio de Edital	437
Expediente	16.982
Preferencial	27
Prest. Contas - Contrato de Gestão	0
Prest. Contas - Termo de Parceria	81
Prest. Contas - Conv. 3º Setor	363
Repasses Públicos 3º Setor	1.604
Aces 1 Gestão Fiscal	4.551
Repasses Órgão Público – Convênio	2
Prest. Contas Convênio Repasses	1
Prest. Contas Convênio V. Inferior	16
Prest. Contas Aux/Subv/Contribuição	1
Repasses Pub. 3º Setor Aux/ Subv/Cont.	1.869
Outros	1.816
TOTAL	43.557

Fonte: DSF I e DSF II

A seguir estão agrupados os cinco mais relevantes processos da Esfera Municipal, que equivalem a 66,61% do total julgado:

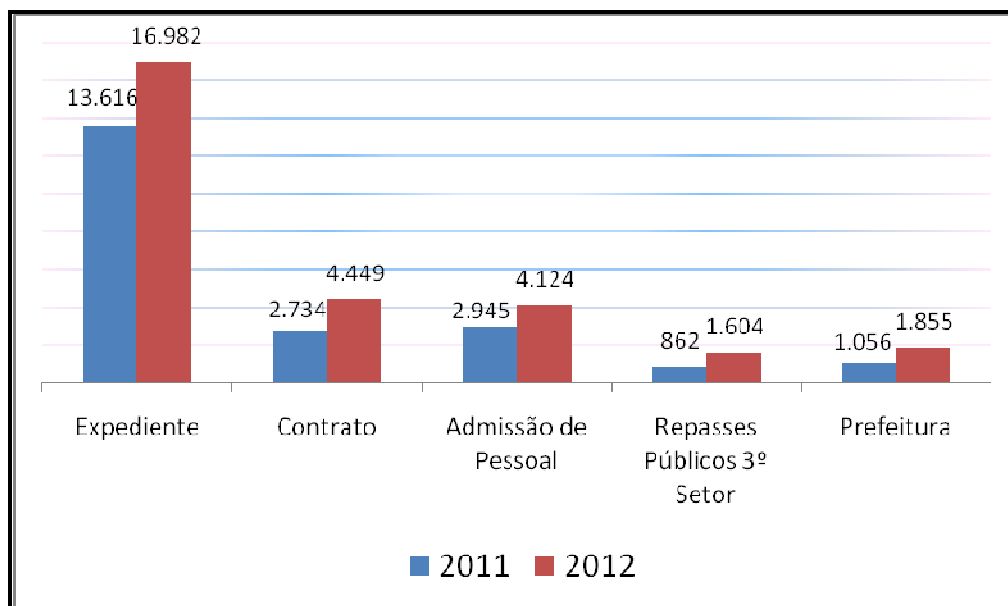
- Expediente
- Contrato
- Admissão de Pessoal
- Repasses Públicos 3º Setor
- Prefeitura

Tabela 04 – Distribuição dos principais processos na ESFERA MUNICIPAL

Processo	2011	2012	Varição Percentual
Expediente	13.616	16.982	24,72%
Contrato	2.734	4.449	62,73%
Admissão de Pessoal	2.945	4.124	40,03%
Repasses Públicos 3º Setor	862	1.604	86,08%
Prefeitura	1.056	1.855	75,66%

:

Gráfico 02 – Variação do volume de processos de 2011 para 2012 – Esfera Municipal



VISITAS AO TERCEIRO SETOR

As Unidades Regionais concentram as visitas ao terceiro setor conforme se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 05 – Resumo de visitas ao Terceiro Setor

DF/UR	CAPITAL / INTERIOR	ENTIDADES VISITADAS EM 2012
DF-01	CAPITAL	8
DF-02	CAPITAL	4
DF-03	CAPITAL	2
DF-04	CAPITAL	10
DF-05	CAPITAL	5
DF-06	CAPITAL	7
DF-07	CAPITAL	5
DF-08	CAPITAL	7
DF-09	CAPITAL	15
DF-10	CAPITAL	10
UR-01	INTERIOR	47
UR-02	INTERIOR	77
UR-03	INTERIOR	58
UR-04	INTERIOR	66
UR-05	INTERIOR	34
UR-06	INTERIOR	70
UR-07	INTERIOR	36
UR-08	INTERIOR	43
UR-09	INTERIOR	54
UR-10	INTERIOR	66
UR-11	INTERIOR	74
UR-12	INTERIOR	23
UR-13	INTERIOR	39
UR-14	INTERIOR	28
UR-15	INTERIOR	22
UR-16	INTERIOR	34
UR-17	INTERIOR	26
UR-18	INTERIOR	50
T O T A L		920

Gráfico 03 – Visitas ao Terceiro Setor – Capital e Interior

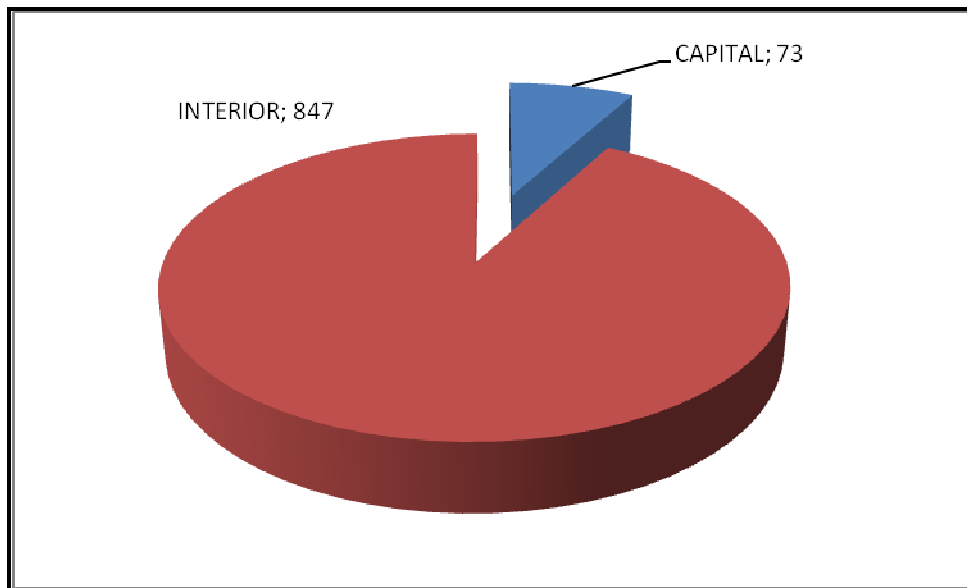


Gráfico 04 – Visitas ao Terceiro Setor – Capital

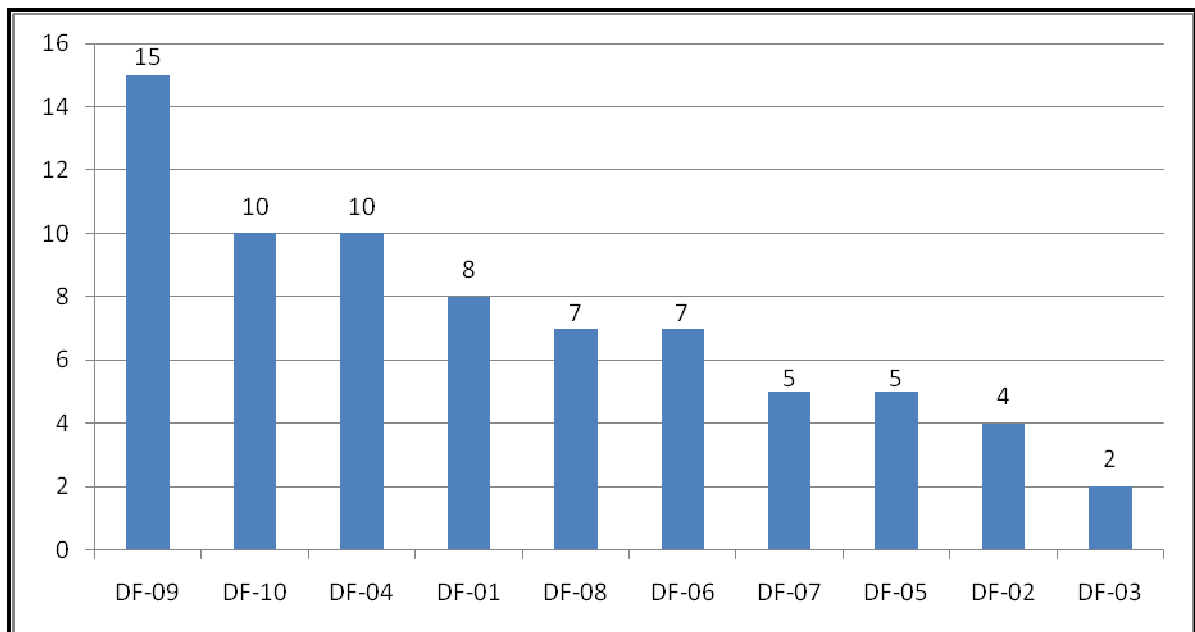
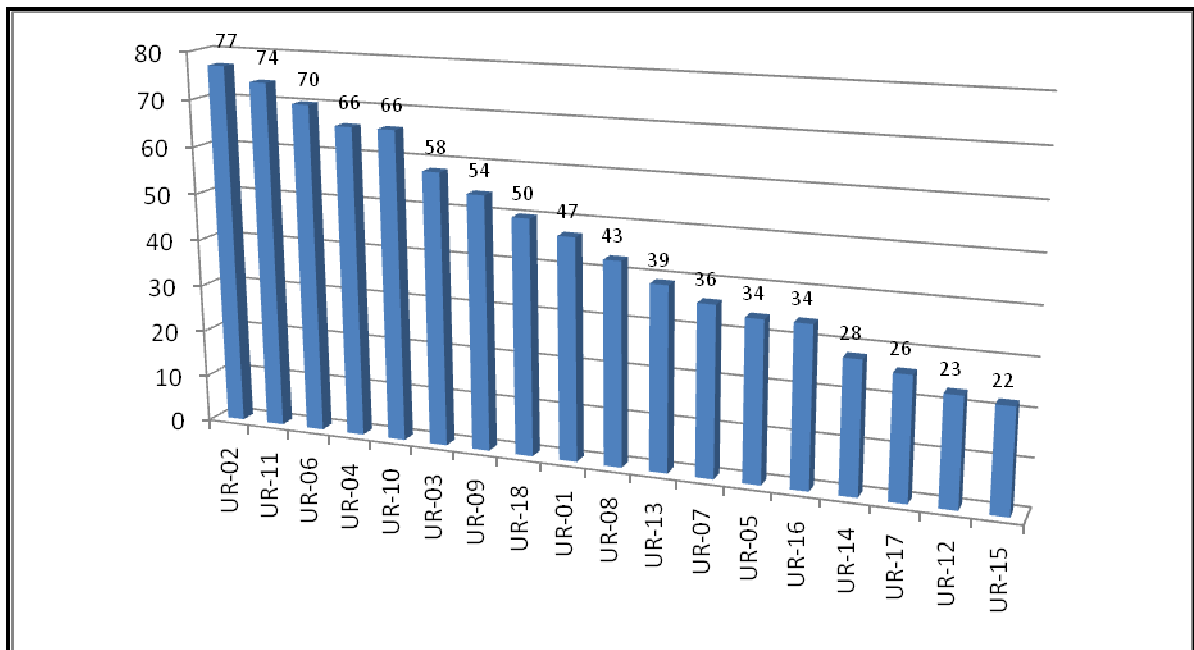


Gráfico 05 – Visitas ao Terceiro Setor – Interior



Contribuíram com a realização deste trabalho:

Coleta e compilação de dados: SDG e Deptos. Supervisão da Fisc. DSF I e DSF II

Formatação e análises: Centro de Apoio Estratégico à Fiscalização – SDG / CAEF

APRECIÇÃO DE CONTAS DAS PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS – 2008 A 2011

Prefeituras municipais

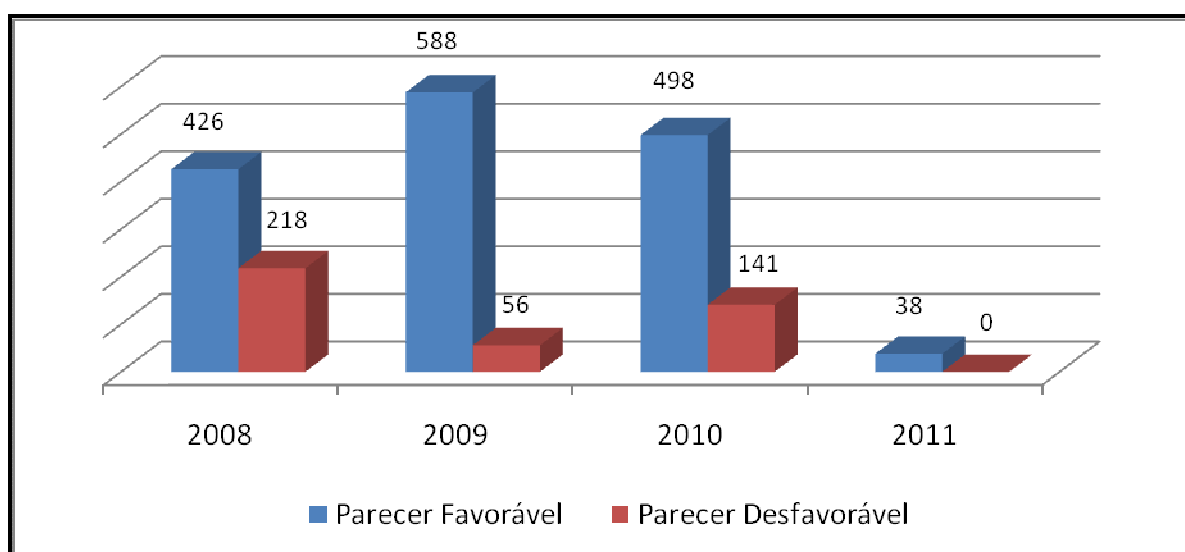
A tabela a seguir apresenta os quantitativos dos pareceres favoráveis e desfavoráveis do TCESP de 2008 a 2011, relativos às Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo, de conformidade com o Artigo 24 da Lei Complementar nº 709 de 14 de janeiro de 1993: *“O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.”*

Tabela 01 – Pareceres do TCESP – Resultados das Prefeituras Municipais de 2008 a 2011

Prefeituras Municipais	2008	2009	2010	2011
Total das Prefeituras	644	644	644	644
Parecer Favorável	426	588	498	38
Parecer Desfavorável	218	56	141	0
Pendente de apreciação	0	0	5	606

Obs. – Estes dados são coletados para publicação no início de cada ano, sendo atualizados a cada edição anual deste relatório.

Gráfico 01 – Pareceres do TCESP – Resultados das Prefeituras de 2008 a 2011



Pareceres desfavoráveis de 2008 a 2011

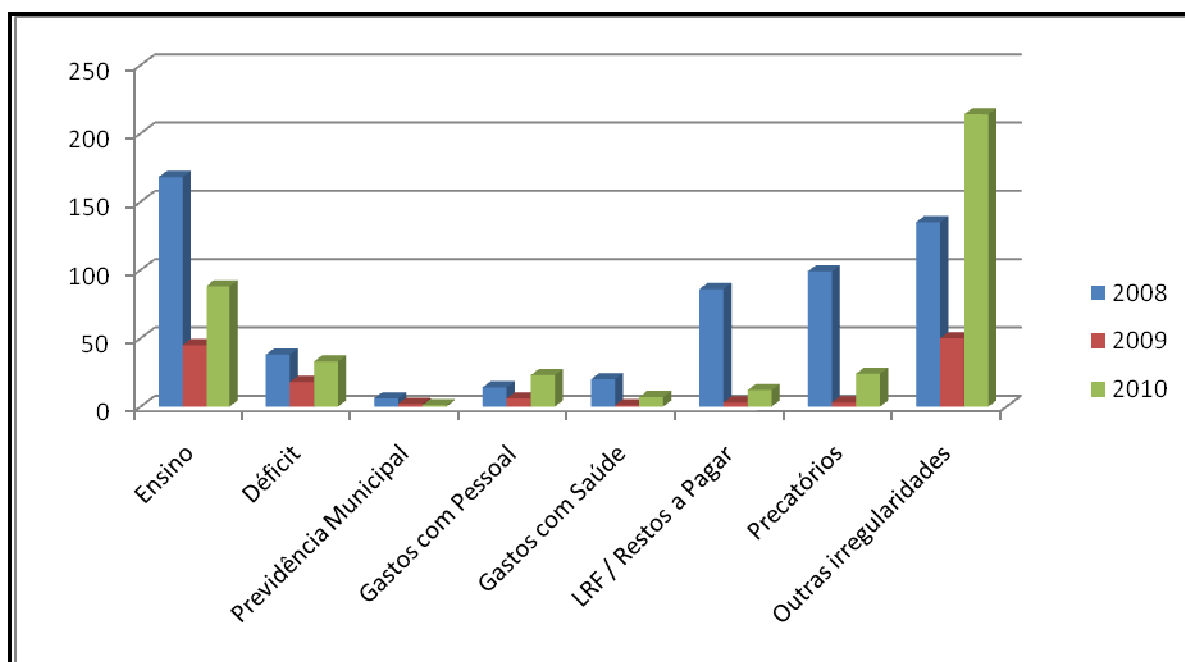
A seguir estão apresentados os motivos dos pareceres desfavoráveis do TCESP em relação às Prefeituras, nos exercícios de 2008 a 2010.

Tabela 02 – Pareceres Desfavoráveis do TCESP – Motivos de 2008 a 2010

Pareceres Desfavoráveis - Motivos	2008	2009	2010
Ensino	168	45	88
Déficit	38	18	33
Previdência Municipal	6	2	1
Gastos com Pessoal	14	6	23
Gastos com Saúde	20	1	7
LRF / Restos a Pagar	86	3	12
Precatórios	99	3	24
Outras irregularidades	135	50	214

A soma dos motivos ultrapassa o total de processos e de Prefeituras por conta de existência eventual de mais de um motivo por entidade julgada.

Gráfico 02 – Pareceres Desfavoráveis do TCESP – Motivos em 2008 e 2010



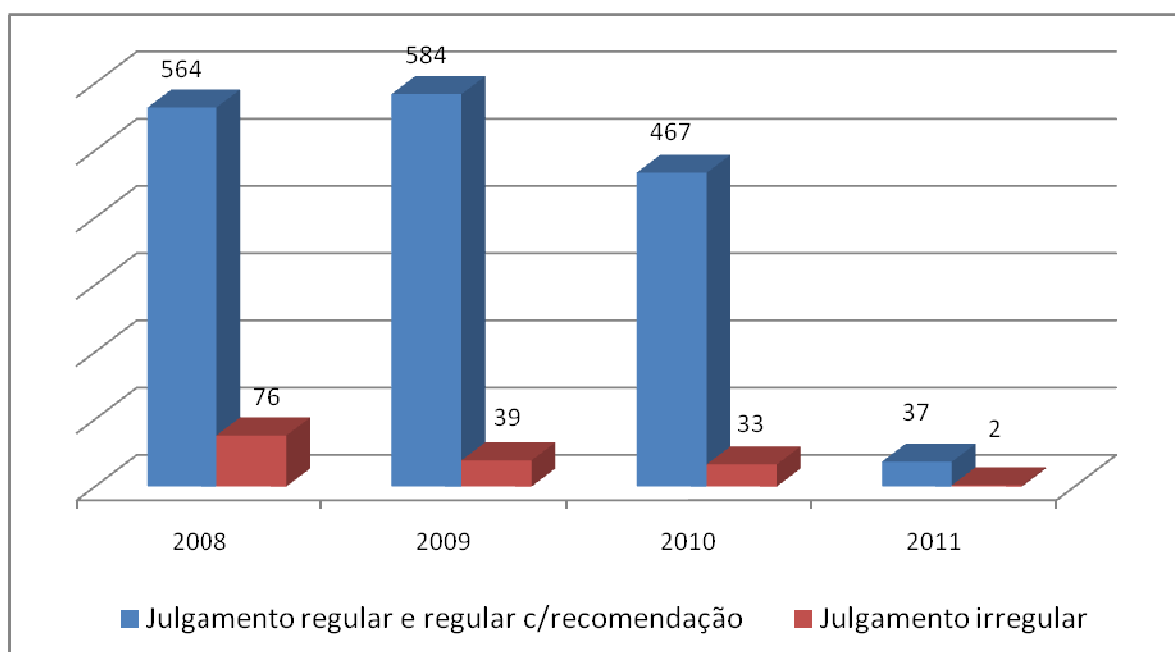
Câmaras Municipais

Assim como nas Prefeituras, as Câmaras apresentam melhora nos resultados gerais de seus julgamentos entre 2008 e 2011, sem considerar os processos pendentes de julgamento.

Tabela 03 – Câmaras Municipais – Julgamentos do TCESP – 2008 a 2011

Câmaras Municipais	2008	2009	2010	2011
Total de Câmaras	644	644	644	644
Julgamento regular e regular c/recomendação	564	584	467	37
Julgamento irregular	76	39	33	2
Pendente de julgamento	4	21	144	605

Gráfico 03 – Câmaras Municipais – Julgamentos do TCESP – 2008 a 2011



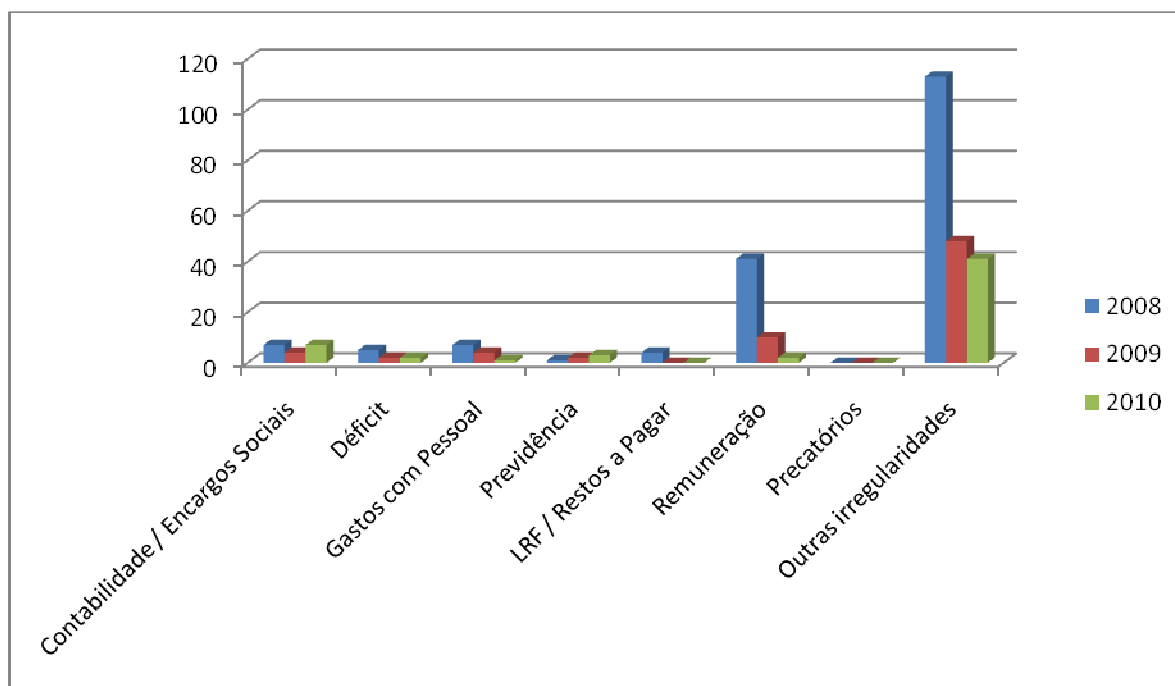
Pareceres Desfavoráveis

Da análise da tabela abaixo nota-se acentuado declínio das irregularidades associadas a Gastos com Pessoal e Remuneração no triênio analisado.

Tabela 04 – Julgamentos Irregulares do TCESP – Motivos de 2008 a 2010

Irregularidades - Motivos	2008	2009	2010
Contabilidade / Encargos Sociais	7	4	7
Déficit	5	2	2
Gastos com Pessoal	7	4	1
Previdência	1	2	3
LRF / Restos a Pagar	4	0	0
Remuneração	41	10	2
Precatórios	0	0	0
Outras irregularidades	113	48	41

Gráfico 04 – Julgamentos Irregulares do TCESP – Motivos de 2008 a 2010



Contribuíram com a realização deste trabalho:

Coleta e compilação de dados: SDG e Deptos. Supervisão da Fisc. DSF I e DSF II
Formatação e análises: Centro de Apoio Estratégico à Fiscalização – SDG / CAEF

JULGAMENTO DE PROCESSOS PELAS CÂMARAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PAUTA

As análises a seguir apresentam a composição dos processos julgados em Pauta nas duas Câmaras do TCESP no exercício de 2012.

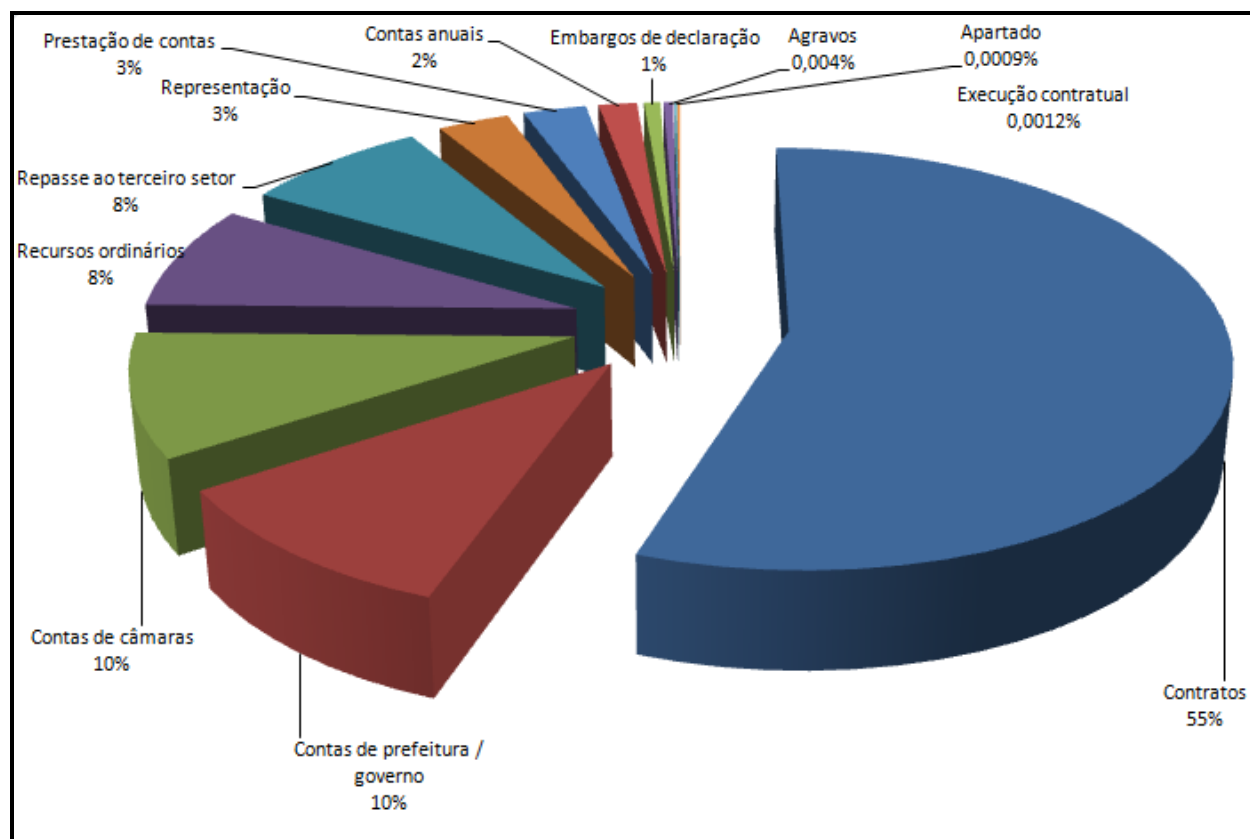
Tabela 01 – Processos Julgados nas Câmaras do TCESP – 2012

Total das Câmaras	Acumulado até dezembro de 2012
Contratos	3.660
Contas de prefeitura / governo	686
Contas de câmaras	625
Recursos ordinários	533
Repasse ao terceiro setor	521
Representação	202
Prestação de contas	178
Contas anuais	109
Embargos de declaração	46
Agravos	27
Apartado	6
Execução contratual	8
Total	6.601

Mais da metade das atividades das Câmaras do TCESP está centrada nas análises de contratos com uma média de 305 por mês corrido, considerando uma atividade linearmente distribuída em 12 meses.

Em seguida, as Contas de Prefeituras / Governo e as Contas de Câmaras Municipais correspondem a mais de 100 processos mensalmente, isso sem considerar outros oito tipos de processos incidentes nas pautas das Câmaras do TCESP.

Gráfico 01 - Processos julgados pelas duas Câmaras do TCESP em 2012



Com foco nas decisões que implicam em devolução de importâncias, envio ao Ministério Público e multas, apresenta-se a distribuição de processos a seguir:

Tabela 02 – Total de processos julgados nas duas Câmaras do TCESP – 2009 a 2012

Processos julgados	2009	2010	2011	2012
Apartados	194	168	132	20
Autos próprios	143	108	154	166
Devolução de importâncias	99	113	58	85
Itens julgados	6.200	5.838	6.952	5.453
Enviados ao Ministério Público	160	280	205	220
Multas Aplicadas	434	374	305	309
Valor das multas em Reais	R\$3.878.495,00	R\$3.302.062,00	R\$2.400.247,50	R\$2.634.154,00
Valor das multas em UFESP's	244.700	201.100	137.550	142.850

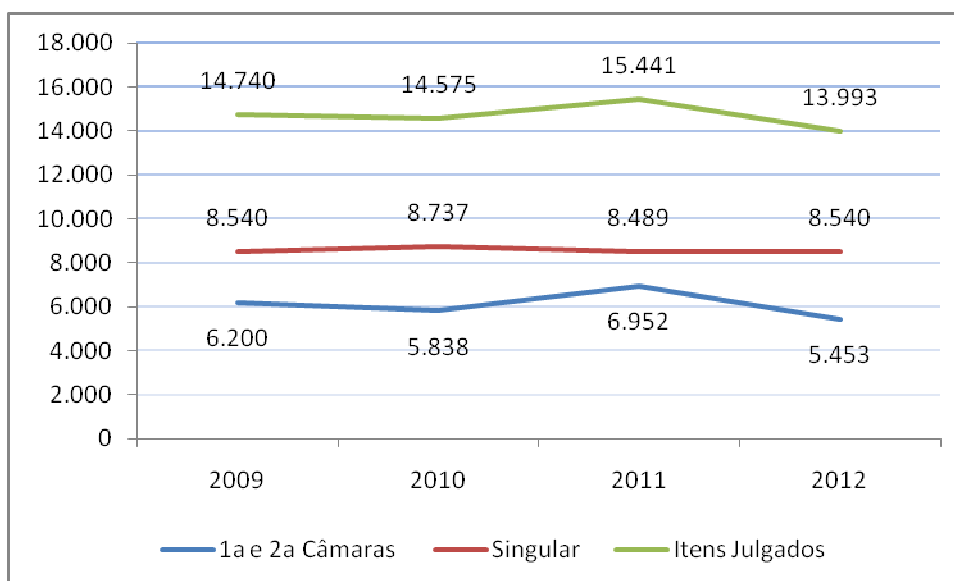
Quanto ao Julgamento Singular, considerando a pauta, a tabela abaixo apresenta seus dados para fins de composição com os resultados apresentados pelas duas câmaras.

Tabela 03 – Singular - Total de processos julgados

Processos julgados	2009	2010	2011	2012 (Setembro)
Devolução de importâncias	184	181	198	193
Itens julgados	8.540	8.737	8.489	8.540
Enviados ao Ministério Público	295	235	385	N.D.
Multas Aplicadas	595	565	541	476
Valor das multas em Reais	R\$2.494.790,00	R\$2.541.816,00	R\$2.738.952,00	R\$2.338.192,00
Valor das multas em UFESP's	157.400	154.800	156.960	126.800

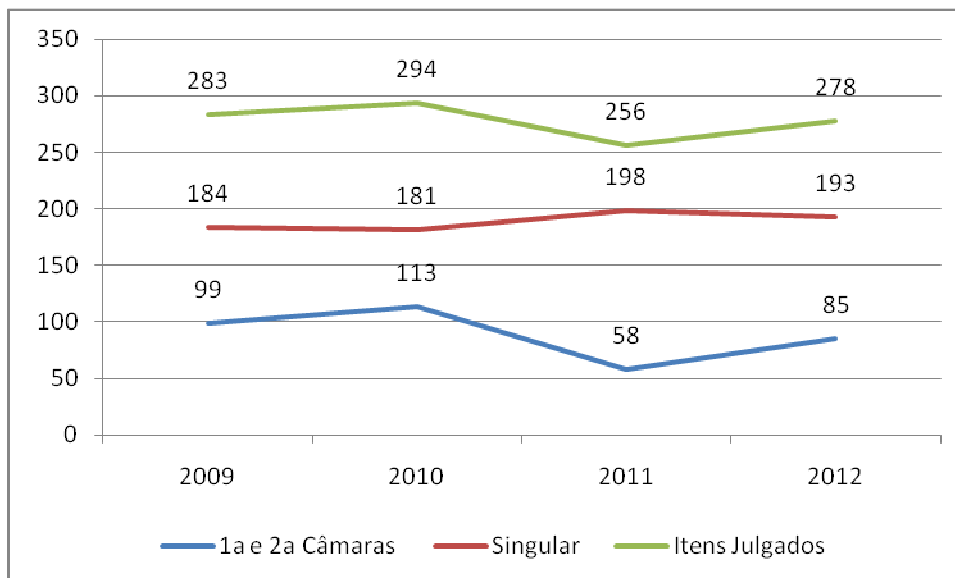
Considerando a linha “Itens julgados” nota-se que os volumes mantém relativa estabilidade ao longo dos quatro períodos analisados, porém com maior número de Julgamentos Singulares em relação aos julgamentos das Câmaras.

Gráfico 02– Singular e Câmaras – Itens julgados de 2009 a 2012



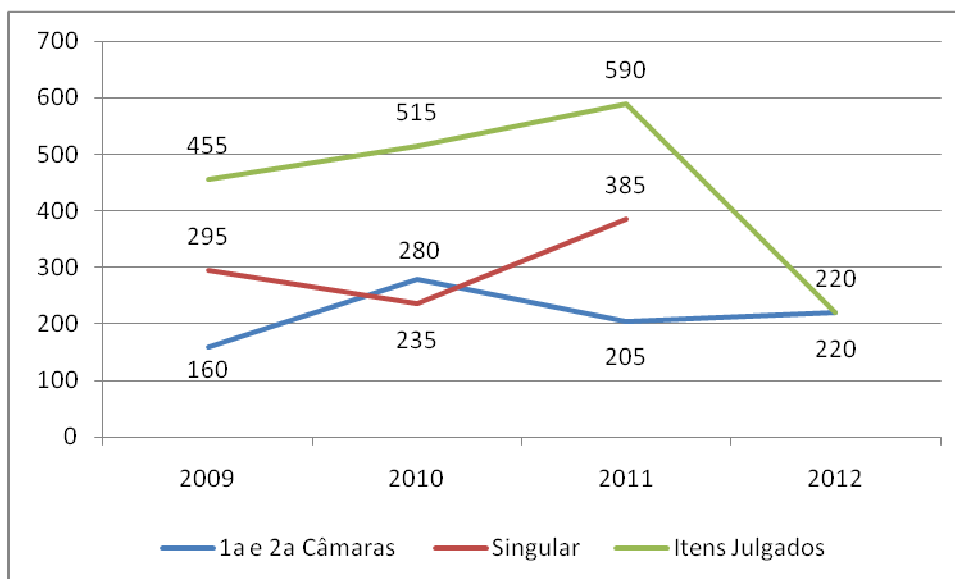
Quanto a “Devolução de importâncias” ocorre um declínio deste tipo de processo nas duas Câmaras de 2009 a 2012 como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 03 – Singular e Câmaras – Devolução de Importâncias de 2009 a 2012



No exercício de 2011 as Câmaras enviaram 205 processos ao Ministério Público que somados aos 385 dos Julgadores Singulares, totalizaram 590 processos, superando os exercícios anteriores.

Gráfico 04 – Singular e Câmaras – Enviado ao Ministério Público de 2009 a 2012



APLICAÇÃO DE MULTAS

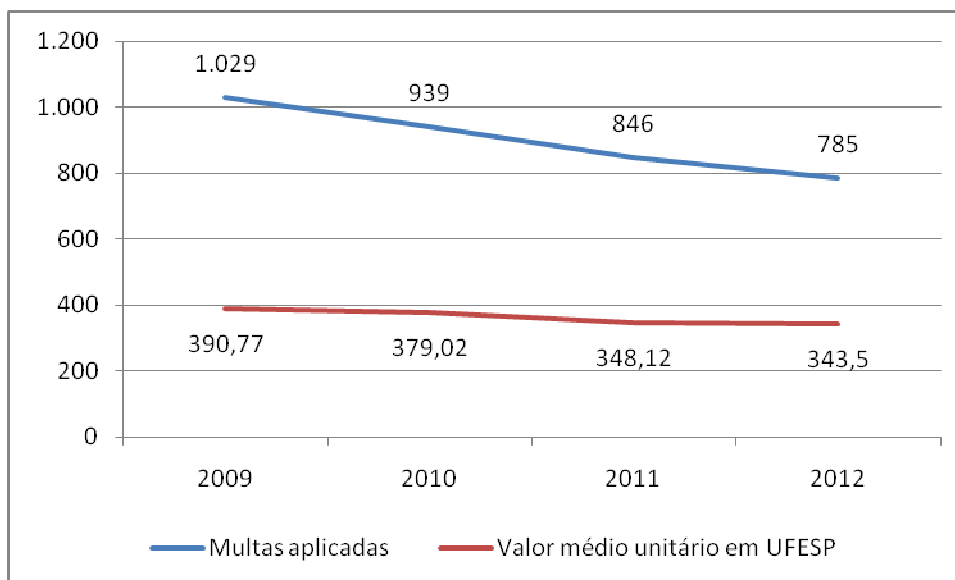
As multas aplicadas pelos Julgadores Singulares e pelas Câmaras possuem a seguinte distribuição:

Tabela 04 – Singular e Câmaras – de 2009 a 2012

Câmaras + Singular (Setembro 2012)	2009	2010	2011	2012
Multas aplicadas	1.029	939	846	785
Valor médio unitário em UFESP	390,77	379,02	348,12	343,50
Valor das multas em UFESP's	402.100	355.900	294.510	269.650
Valor das multas em Reais	R\$6.373.285,00	R\$5.843.878,00	R\$5.139.199,50	R\$4.972.346,00

O gráfico a seguir ilustra a situação das multas e valor unitário médio de 2009 a 2012:

Gráfico 05 – Singular e Câmaras – Multas e valor unitário médio – 2009 a 2012



Contribuíram com a realização deste trabalho:

Coleta e compilação de dados: SDG e Deptos. Supervisão da Fisc. DSFs I e DSF II
Formatação e análises: Centro de Apoio Estratégico à Fiscalização – SDG / CAEF

PROCESSOS JULGADOS SINGULARMENTE NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO DE 2009 A 2012 *(Artigo 50 do Regimento Interno)*

A tabela 01 a seguir apresenta o volume de processos julgados singularmente no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e os desdobramentos destes com relação ao encaminhamento ao Ministério Público (MP), quantidade de multas aplicadas e quantidade de processos com devolução de importâncias ao erário.

Tabela 01 – Processos julgados singularmente de 2009 a 2012

	Total Geral			
	2009	2010	2011	2012
Processos julgados singularmente	8.540	8.408	8.489	8.540
Multas aplicadas	550	595	541	476
Multas aplicadas (UFESP)	157.400	151.400	156.960	126.800
Valor da UFESP (R\$)	15,85	16,42	17,45	18,44
Multas em Reais (R\$)	2.494.790,00	2.485.988,00	2.738.952,00	2.706.438,80

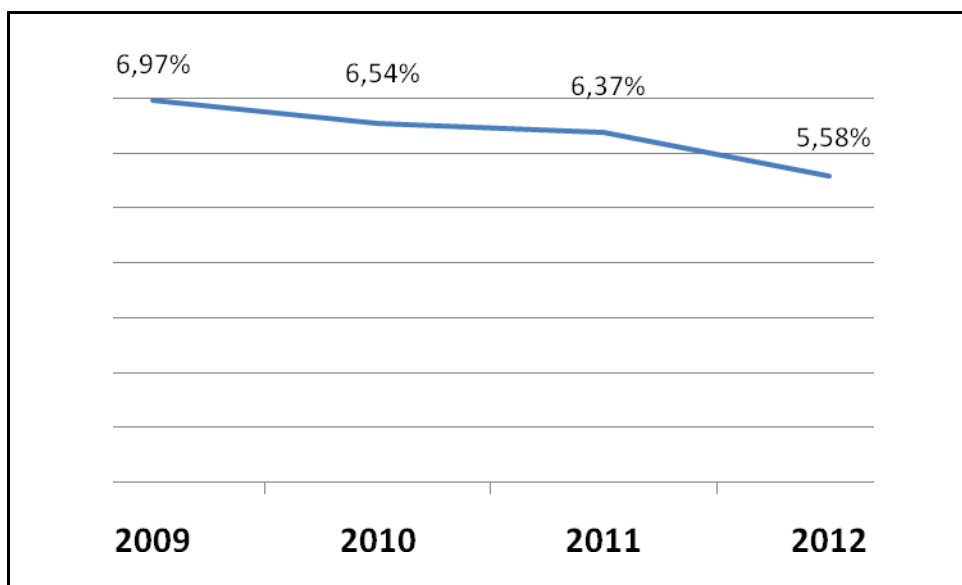
Considerado o período de quatro anos, os maiores volumes de processos julgados singularmente foram verificados no ano de 2009 e no ano de 2012, empatados em 8.540 processos.

Na tabela 02 e no gráfico 01 estão relacionados os percentuais verificados em cada linha da tabela anterior tomando como base (100%) o total de Processos julgados singularmente:

Tabela 02 – Valores relativos – Processos julgados singularmente de 2009 a 2012

Processos e julgamentos	2009	2010	2011	2012
Processos julgados singularmente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Multa	6,97%	6,54%	6,37%	5,58%

Gráfico 01 – Resultados dos julgamentos singulares de 2009 a 2012



TIPOS DE PROCESSOS JULGADOS SINGULARMENTE DE 2009 A 2012

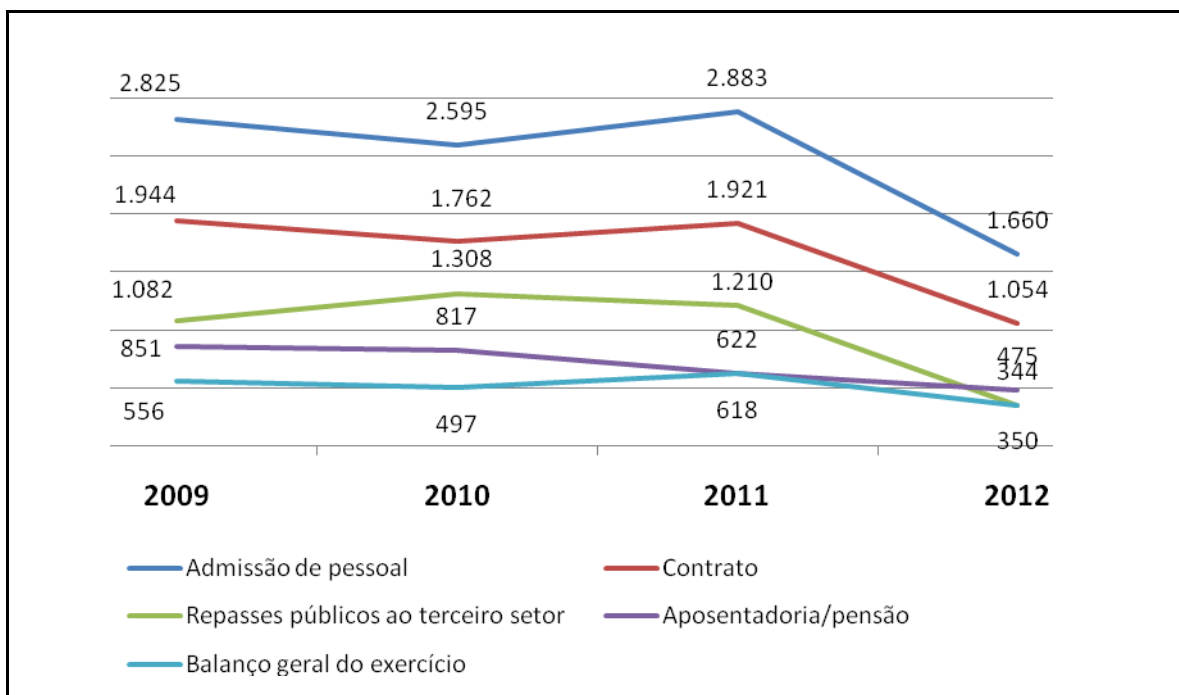
No período de 2009 a 2012 foram julgados 47 diferentes códigos relativos às matérias dos processos julgados, ano a ano conforme apresentado de modo agrupado na tabela 03:

Tabela 03 – Processos julgados singularmente de 2009 a 2012

Matérias	2009	2010	2011	2012
Admissão de pessoal	2.825	2.595	2.883	1.660
Contrato	1.944	1.762	1.921	1.054
Repasses públicos ao terceiro setor	1.082	1.308	1.210	344
Aposentadoria/pensão	851	817	622	475
Balanço geral do exercício	556	497	618	350
Adiantamento	375	312	406	317
Auxílios/subvenções	483	607	373	91
Apartado	247	249	265	117
Representação	64	152	63	22
Tomada de contas	18	20	23	0
Prestação de contas – convênio com terceiro setor	0	9	5	0
Prestação de contas – termo de parceria	2	0	3	0
Termo de parceria	1	1	0	0
Relatório de auditoria	5	0	0	0
Convênio com o terceiro setor	0	0	0	0
Outros	87	79	97	1670
Total geral	8.540	8.408	8.489	6.100

Os Gráficos 02 e 03 a seguir demonstram as variações de cada tipo de processo acima listado:

Gráfico 02 – Processos julgados singularmente - I



Os processos relativos à admissão de pessoal correspondem à maioria das matérias julgadas, respectivamente, de 2009 a 2012.

Contribuíram com a realização deste trabalho:

Coleta e compilação de dados: SDG e Deptos. Supervisão da Fisc. DSF I e DSF II
Formatação e análises: Centro de Apoio Estratégico à Fiscalização – SDG / CAEF
Extrações de dados: Diretoria de Sistemas DSIS e PRODESP – Sistema SISCNP

TRIBUNAL PLENO E JULGADOR SINGULAR - RESULTADO DOS JULGAMENTOS POR TIPO DE PROCESSO

Considerando como universo a soma dos conjuntos de processos julgados pelo Tribunal Pleno e pelos Julgadores Singulares, em Pauta e Exame Prévio, encontram-se em comum os processos do tipo Apartado, Contrato, Prestação de contas, Repasse ao 3º setor e Representação.

Os processos do tipo Representação apresentam denominações de seus resultados diferentes dos demais processos e por este motivo não serão considerados nas análises a seguir, sendo avaliados em seção específica adiante.

Para o ano de 2009, a composição dos processos julgados pelas instâncias do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apresenta-se na tabela abaixo:

Tabela 01 – Processos e resultados no ano de 2009

Instância	Tipo	Apartado	Contrato	Prestação de contas	Repasse 3º setor
Total das Câmaras + Pleno	Pauta (1)	194			
	Regulares	-	3.000		
	Irregulares	2	776		
	Arquivo	-	2		
	Regular / Irregular (2)		27		
	Retirados de Pauta	-	155		
Singular	Total Julgado	247	1.944	2	1.082
	Multas	51	115		11
	Multas UFESP	10.900	38.800		3.200
	Valor da UFESP	15,85	15,85	15,85	15,85
	Multas em R\$	R\$ 172.765,00	R\$ 614.980,00	R\$ -	R\$ 50.720,00
	Enviados ao MP	31	44		7
	Devolução ao Erário	88	3		49

1 – Pauta: Processos destinados à PAUTA das sessões

2 – Regular/Irregular: Nomenclatura dada a Processos em que parte foi julgada regular e parte irregular, nos aspectos: Licitação, Contrato, Aditivos e Execução Contratual

Nota-se que a concentração dos esforços em 2009, das instâncias do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, residiu nos Contratos.

No Singular, 1.944 processos geraram neste exercício 115 multas totalizando R\$ 614.980,00, correspondendo a um valor unitário médio de R\$ 5.347,65 por multa aplicada.

Por outro lado, 247 processos do tipo Apartado geraram 51 multas totalizando R\$ 172.765,00, o que significa um valor médio unitário de R\$ 3.387,55 por multa aplicada.

Quanto às Multas, as médias dos valores aplicados são:

Tabela 02 – Valor Médio por Multa em 2009

Processo	Valor médio por multa em Reais
Apartado	3.387,55
Contrato	5.347,65
Repasses ao 3º setor	4.610,91

Contratos apresentaram valor unitário de multa superior aos demais processos.

No exercício de 2010, assim como no exercício anterior, os Contratos formam a maioria dos processos julgados nas instâncias do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujos esforços são aumentados pelo julgamento das Prestações de Contas e Repasses ao Terceiro Setor. E neste exercício a distribuição dos processos é a seguinte:

Tabela 03 – Processos e resultados no ano de 2010

Instância	Tipo	Apartado	Contrato	Prestação de contas	Repasse 3º setor
Total das Câmaras + Pleno	Pauta (1)	168			
	Regulares	2	2.648	67	16
	Irregulares	8	820	10	-
	Arquivo	-	3	-	-
	Regular / Irregular (2)		16		-
	Retirados de Pauta				
Singular	Total Julgado	249	1.762	9	1.308
	Multas	56	110		15
	Multas UFESP	10.400	37.250		4.400
	Valor da UFESP	16,42	16,42	16,42	16,42
	Multas em R\$	R\$ 170.768,00	R\$ 611.645,00	R\$ -	R\$ 72.248,00
	Enviados ao MP	24	36		10
	Devolução ao Erário	74	3		54

1 – Pauta: Processos destinados à PAUTA das sessões

2 – Regular/Irregular: Nomenclatura dada a Processos em que parte foi julgada regular e parte irregular, nos aspectos: Licitação, Contrato, Aditivos e Execução Contratual

Em 2010 ocorre um rápido e intenso crescimento dos julgamentos dos processos de repasses ao 3º setor, de 1.082 em 2009 para 1.308 neste ano correspondendo a 20,88% de acréscimo.

E quanto ao valor das Multas aplicadas unitariamente aos processos, os Contrato apresentam neste exercício os maiores valores absolutos individuais.

Tabela 04 – Valor Médio por Multa em 2010

Processo	Valor médio por multa em Reais
Apartado	3.049,43
Contrato	5.560,41
Repasses ao 3º setor	4.816,53

Quanto ao exercício de 2011, a distribuição dos processos do exercício fica assim:

Tabela 05 – Processos e resultados no ano de 2011

Instância	Tipo	Apartado	Contrato	Prestação de contas	Repasse 3º setor
Total das Câmaras + Pleno	Pauta (1)	132	-	-	-
	Regulares	-	3.793	103	184
	Irregulares	2	767	28	14
	Arquivo				
	Regular / Irregular (2)	-	14	-	7
	Retirados de Pauta	-	189	9	11
Singular	Total Julgado	265	1.921	8	1.210
	Multas	54	138	-	26
	Multas UFESP	11.450	44.000	-	4.950
	Valor da UFESP	17,45	17,45	17,45	17,45
	Multas em R\$	R\$ 199.802,50	R\$ 767.800,00	R\$ -	R\$ 86.377,50
	Enviados ao MP	79	98	-	26
	Devolução ao Erário	81	-	1	70

1 – Pauta: Processos destinados à PAUTA das sessões

2 – Regular/Irregular: Nomenclatura dada a Processos em que parte foi julgada regular e parte irregular, nos aspectos: Licitação, Contrato, Aditivos e Execução Contratual

Quanto ao valor das multas aplicadas apresenta se a seguinte situação:

Tabela 06 – Valor Médio por Multa em 2011

Processo	Valor médio por multa em Reais
Apartado	3.700,05
Contrato	5.563,77
Repasses ao 3º setor	3.322,21

O valor unitário das multas de Apartado e Contrato aumenta em geral no exercício de 2011, com acentuada expansão no valor das multas sobre os processos de Apartado, ao passo que as

multas de processos do tipo Repasse ao Terceiro Setor tiveram seu valor unitário reduzido, embora com acréscimo de 73,33% na quantidade de aplicações.

Quanto ao exercício de 2012, nota-se a seguinte distribuição:

Tabela 07 – Processos e resultados no ano de 2012

Instância	Sessão / Resultado	Apartado	Contrato	Prestação de contas	Repasse 3º setor
Total das Câmaras + Pleno	Pauta (1)	37			
	Regulares	1	2.708	173	449
	Irregulares	4	635	2	37
	Arquivo	-	11	-	-
	Regular / Irregular (2)		29		6
	Retirados de Pauta	1	277	3	29
Singular (Set. 2012)	Total Julgado				
	Multas	45	90		6
	Multas UFESP	7.450	29.050		2.000
	Valor da UFESP	18,44	18,44		18,44
	Multas em R\$	R\$ 137.378,00	R\$ 535.682,00		R\$ 36.880,00
	Enviados ao MP				
	Devolução ao Erário				

Nota: Considerar dados da instância Singular até setembro de 2012.

1 – Pauta: Processos destinados à PAUTA das sessões

2 – Regular/Irregular: Nomenclatura dada a Processos em que parte foi julgada regular e parte irregular, nos aspectos: Licitação, Contrato, Aditivos e Execução Contratual

Quanto ao valor das multas aplicadas apresenta-se a seguinte situação:

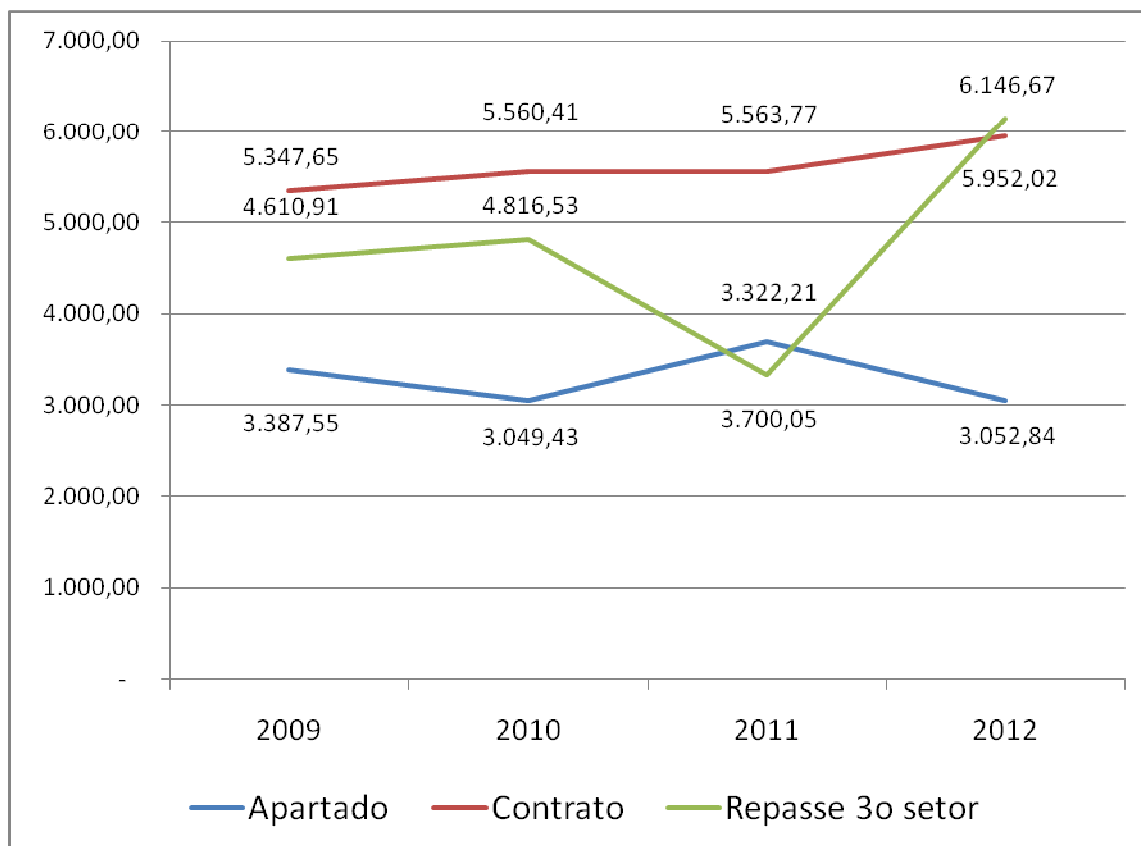
Tabela 08 – Valor Médio por Multa em 2012

Processo	Valor médio por multa em Reais
Apartado	3.052,84
Contrato	5.952,02
Repasses ao 3º setor	6.146,67

O valor unitário das multas aumenta acentuadamente no exercício de 2012, no caso das multas sobre os processos de Contrato e Repasses ao Terceiro Setor.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores médios unitários das multas aplicadas no período analisado.

Gráfico 01 – Valor unitário médio das multas por processo – 2009 a 2012



TRIBUNAL PLENO – PAUTA E EXAME PRÉVIO

As tabelas a seguir mostram a composição dos processos e ações julgados em pauta pelo E. Tribunal Pleno, no quadriênio de 2009 a 2012.

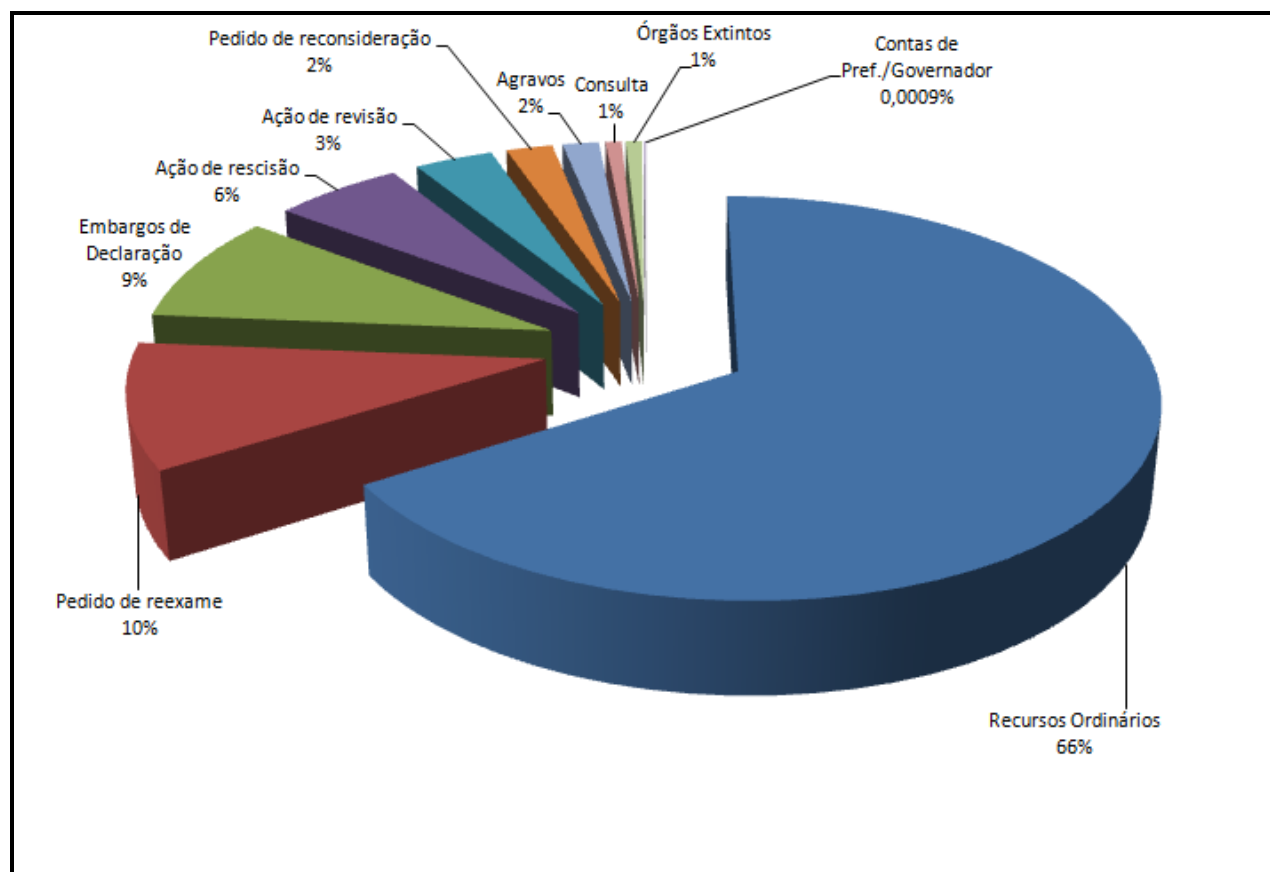
Tabela 01 – Pleno – Pauta de 2009 a 2012

Processos julgados	2009	2010	2011	2012
Ação de rescisão	220	52	121	64
Ação de revisão	74	70	29	39
Agravos	48	22	32	18
Consulta	10	4	3	8
Órgãos Extintos (1)	11	18	14	8
Contas de Câmaras	0	1	0	0
Contas de Pref./Governador	1	2	1	1
Denúncia	3	0	0	0
Embargos de Declaração	145	75	69	97
Expediente	1	0	0	0
Pedido de reconsideração	12	13	17	23
Pedido de reexame	277	230	261	112
Recursos Ordinários	662	552	810	721
TOTAL	1.464	1.039	1.357	1.091

1 – Processos de Contas Anuais de órgãos considerados excluídos do rol dos fiscalizados.

Os Recursos ordinários concentram a maior parte dos esforços do Tribunal Pleno, seguidos pelos pedidos de reexame, de perto seguidos pelos embargos de declaração, especificamente no exercício de 2012.

Gráfico 01 – Processos julgados pelo Tribunal Pleno em 2012



Quanto ao **Exame Prévio** nota-se redução em seus valores no exercício de 2012 face aos exercícios anteriores:

Processos julgados	2009	2010	2011	2012
Itens julgados	1.472	1.247	1.367	1.107
Enviados ao Ministério Público	32	17	7	4
Multas aplicadas	18	20	27	13
Valor das Multas em Reais	R\$111.742,50	R\$193.756,00	R\$198.930,00	R\$88.880,80
Valor das multas em UFESP's	7.050	11.800	11.400	4.820
Valor médio unitário por multa	R\$6.207,92	R\$9.687,80	R\$7.367,78	6.836,98

DECISÕES DOS PRINCIPAIS RECURSOS E AÇÕES JULGADOS PELO TRIBUNAL PLENO

Salientam-se os seguintes tipos de processos julgados pelo Tribunal Pleno:

- Ação de rescisão
- Ação de revisão
- Agravos
- Embargos de Declaração
- Pedido de reconsideração
- Pedido de reexame
- Recursos Ordinários

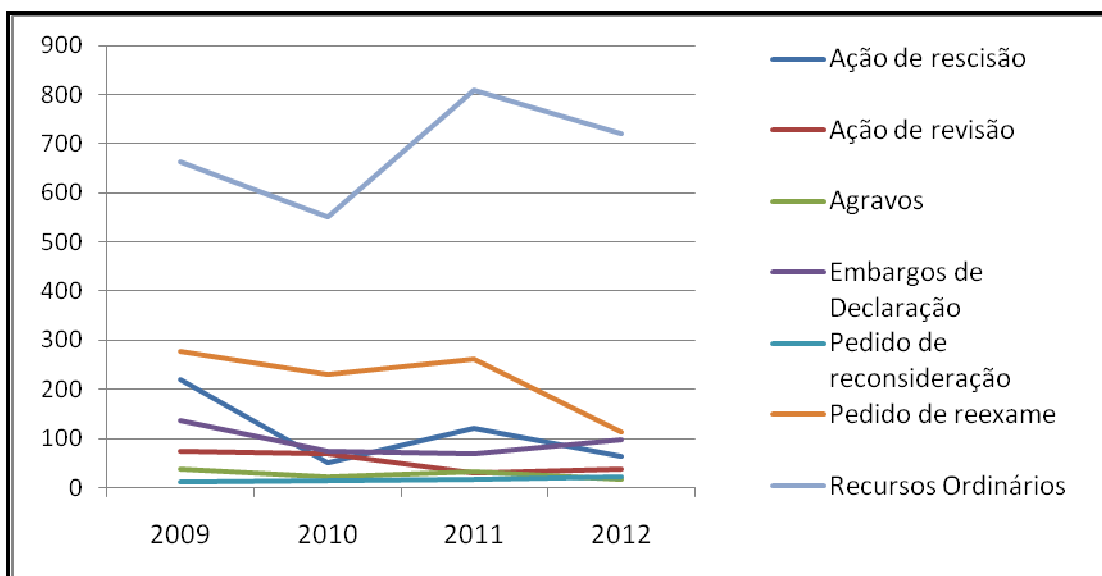
A tabela a seguir apresenta os quantitativos de cada uma destas ações e recursos contemplando o período de 2009 a 2012:

Tabela 02 – Ações e recursos julgados pelo Tribunal Pleno – 2009 a 2012

PROCESSO / RECURSO	2009	2010	2011	2012
Ação de rescisão	220	52	121	64
Ação de revisão	74	70	29	39
Agravos	37	22	32	18
Embargos de Declaração	138	75	69	97
Pedido de reconsideração	12	13	17	23
Pedido de reexame	277	230	261	112
Recursos Ordinários	662	552	810	721

Conforme se vê na tabela acima a concentração dos esforços se dá sobre os Recursos Ordinários.

Gráfico 02 – Ações e recursos julgados pelo Tribunal Pleno – 2009 a 2012



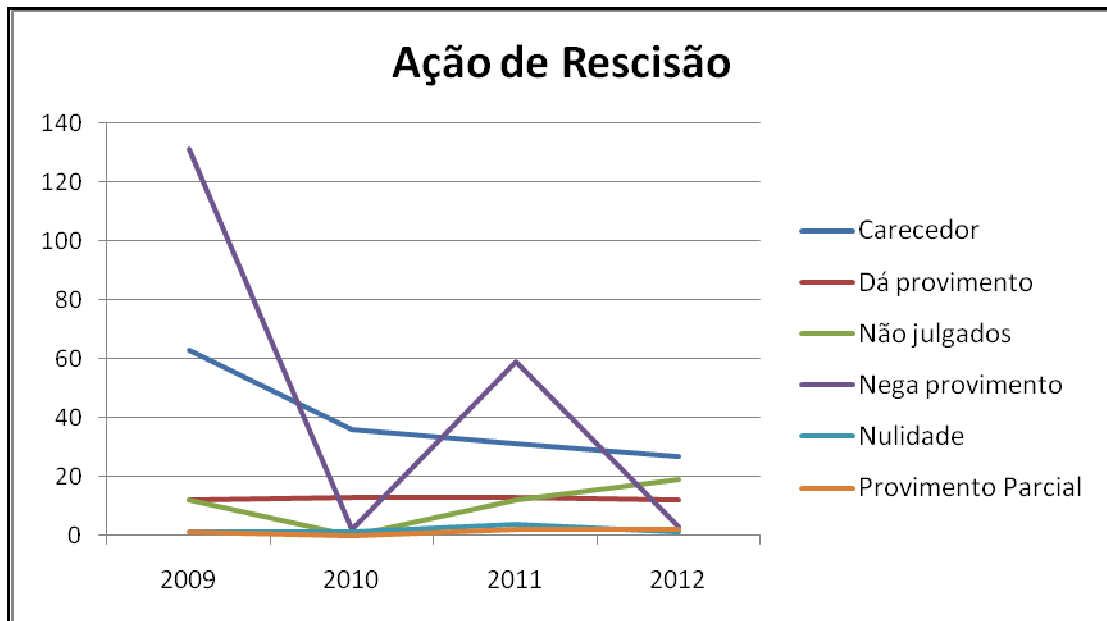
AÇÃO DE RESCISÃO

Da análise da tabela abaixo nota-se que o E. Tribunal Pleno apresentou mais decisões de “Nega Provimento” nos casos de ação de rescisão durante o exercício de 2011 e um número maior de decisões do tipo “Carecedor” em 2012.

Tabela 03 - Decisões dos julgamentos de Ação de Rescisão – de 2009 a 2012

Ação de Rescisão (Decisões)	2009	2010	2011	2012
Carecedor	63	36	31	27
Dá provimento	12	13	13	12
Não julgados	12	0	12	19
Nega provimento	131	2	59	3
Nulidade	1	1	4	1
Provimento Parcial	1	0	2	2
TOTAL	220	52	121	64

Gráfico 03 – Decisões dos julgamentos de Ação de Rescisão – de 2009 a 2012



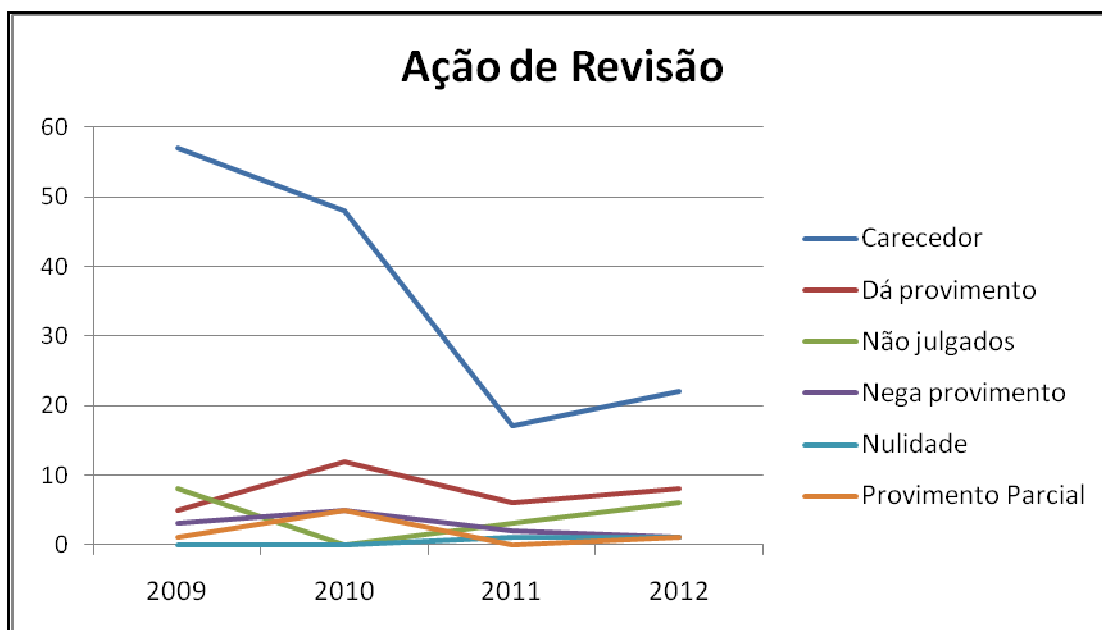
AÇÃO DE REVISÃO

As ações de revisão apresentam decisão de Carecedor como o principal item dentre o total.

Tabela 04 - Decisões dos julgamentos de Ação de Revisão – de 2009 a 2012

Ação de Revisão (Decisão)	2009	2010	2011	2012
Carecedor	57	48	17	22
Dá provimento	5	12	6	8
Não julgados	8	0	3	6
Nega provimento	3	5	2	1
Nulidade	0	0	1	1
Provimento Parcial	1	5	0	1
TOTAL	74	70	29	39

Gráfico 04 – Decisões dos julgamentos de Ação de Revisão – de 2009 a 2012



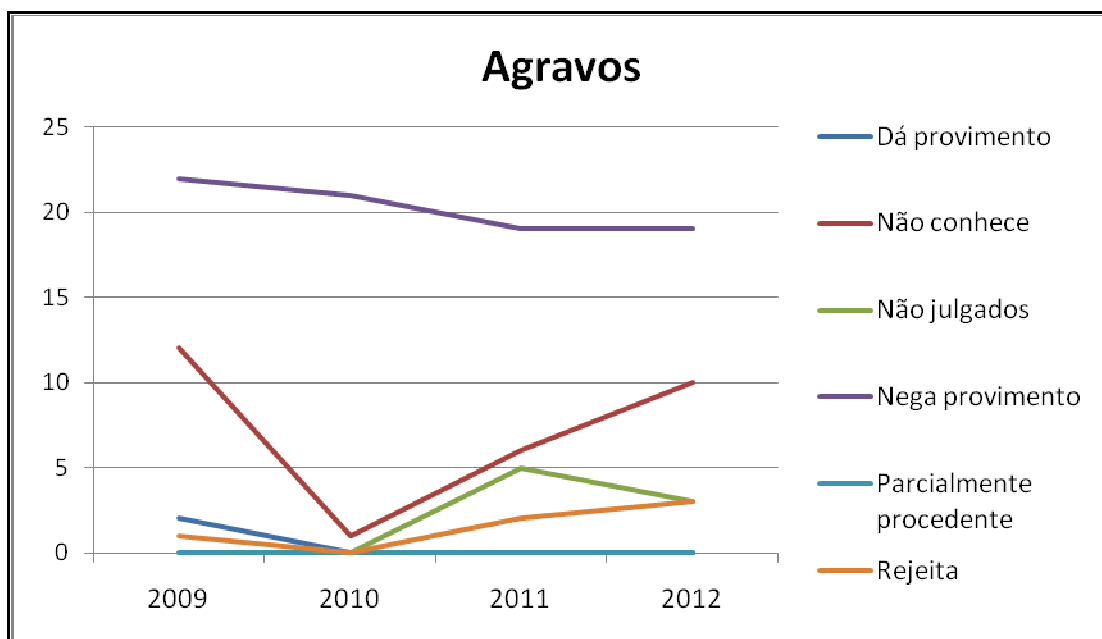
AGRAVOS

Os processos de Agravos concentram suas decisões na Negativa de Provimento como se vê na tabela abaixo:

Tabela 05 - Decisões dos julgamentos de Agravos – de 2009 a 2012

Agravos (Decisão)	2009	2010	2011	2012
Dá provimento	2	0	0	0
Nã conhece	12	1	6	10
Nã julgados	0	0	5	3
Nega provimento	22	21	19	19
Parcialmente procedente	0	0	0	0
Rejeita	1	0	2	3
TOTAL	37	22	32	35

Gráfico 05 – Decisões dos julgamentos de Agravos – de 2009 a 2012



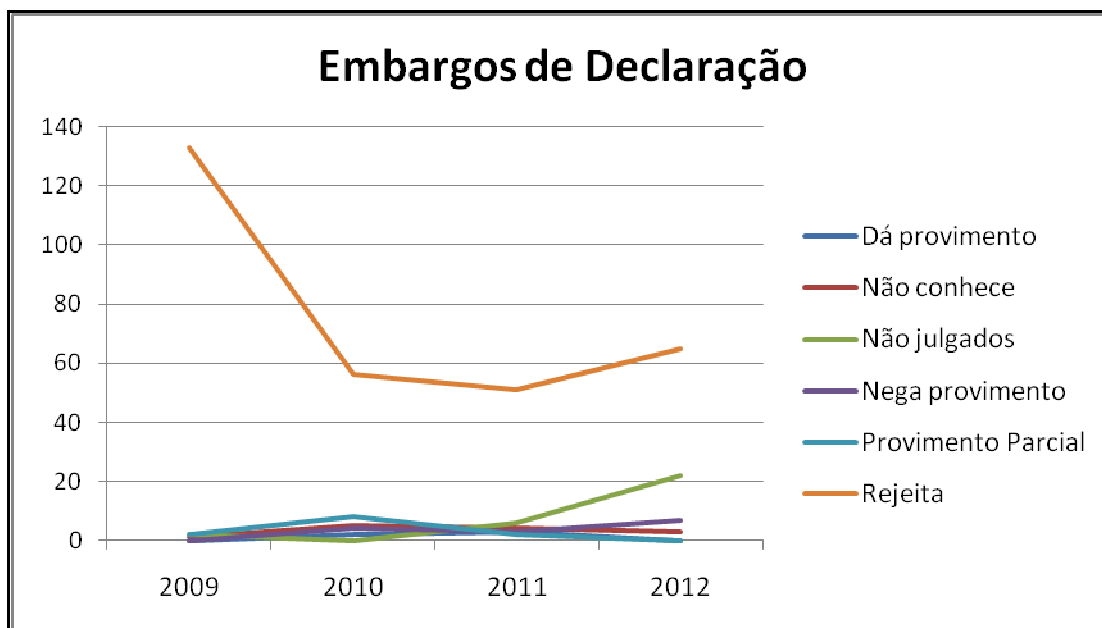
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

O Tribunal Pleno rejeitou a maioria dos Embargos de Declaração de 2009 a 2012.

Tabela 06 - Decisões dos julgamentos de Embargos de Declaração – de 2009 a 2012

Embargos de Declaração (Decisão)	2009	2010	2011	2012
Dá provimento	0	2	3	0
Não conhece	1	5	4	3
Não julgados	2	0	6	22
Nega provimento	0	4	3	7
Provimento Parcial	2	8	2	0
Rejeita	133	56	51	65
TOTAL	138	75	69	97

Gráfico 06 – Decisões dos julgamentos de Embargos de Declaração – de 2009 a 2012



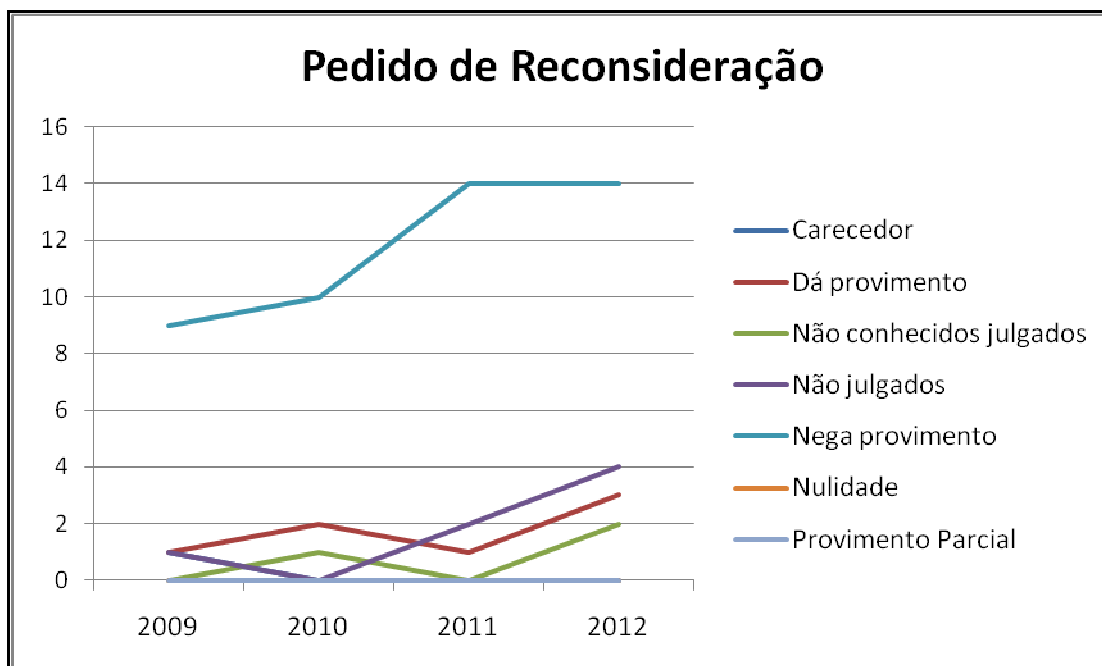
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

As decisões de maior freqüência no caso dos Pedidos de Reconsideração são relativas à Negativa de Provimento.

Tabela 07 - Decisões dos julgamentos de Pedidos de Reconsideração – de 2009 a 2012

Pedido de Reconsideração (Decisão)	2009	2010	2011	2012
Carecedor	1	0	0	0
Dá provimento	1	2	1	3
Não conhecidos julgados	0	1	0	2
Não julgados	1	0	2	4
Nega provimento	9	10	14	14
Nulidade	0	0	0	0
Provimento Parcial	0	0	0	0
TOTAL	12	13	17	23

Gráfico 07 – Decisões dos julgamentos de Pedidos de Reconsideração – de 2009 a 2012



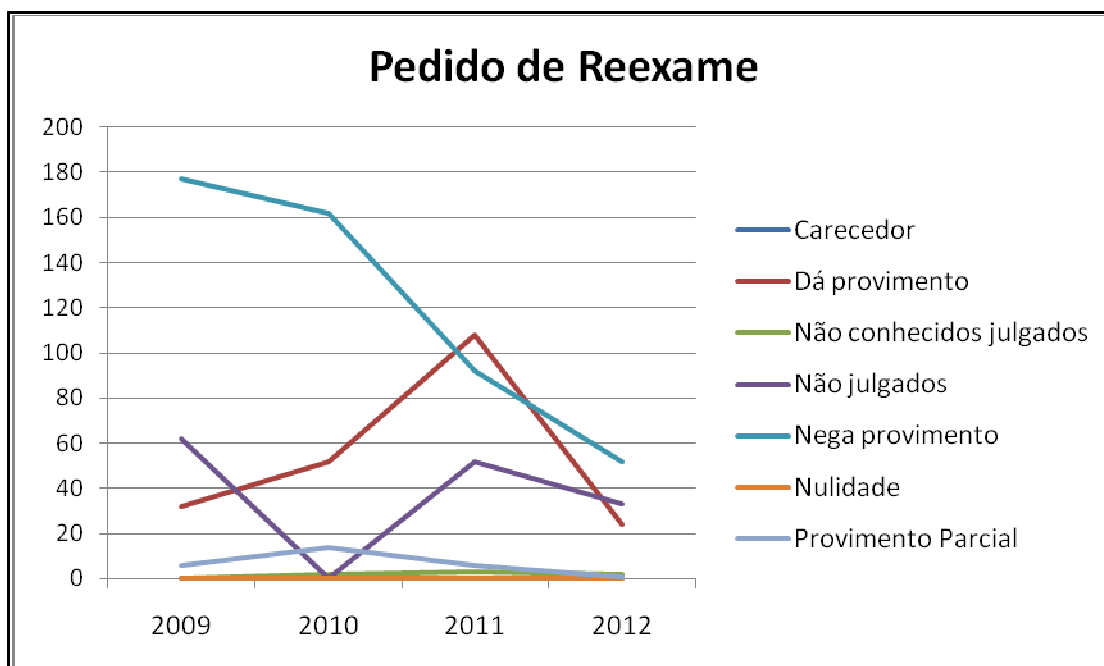
PEDIDO DE REEXAME

No ano de 2011 a decisão do tipo “Dá Provimento” ultrapassa as decisões do tipo “Nega Provimento”. No entanto, no quadriênio analisado, a decisão “Nega Provimento” é a de maior incidência nos pedidos de reexame.

Tabela 08 - Decisões dos julgamentos de Pedido de Reexame – de 2009 a 2012

Pedido de Reexame (Decisão)	2009	2010	2011	2012
Carecedor	0	0	0	0
Dá provimento	32	52	108	24
Não conhecidos julgados	0	2	3	2
Não julgados	62	0	52	33
Nega provimento	177	162	92	52
Nulidade	0	0	0	0
Provimento Parcial	6	14	6	1
TOTAL	277	230	261	112

Gráfico 08 – Decisões dos julgamentos de Pedido de Reexame – de 2009 a 2012



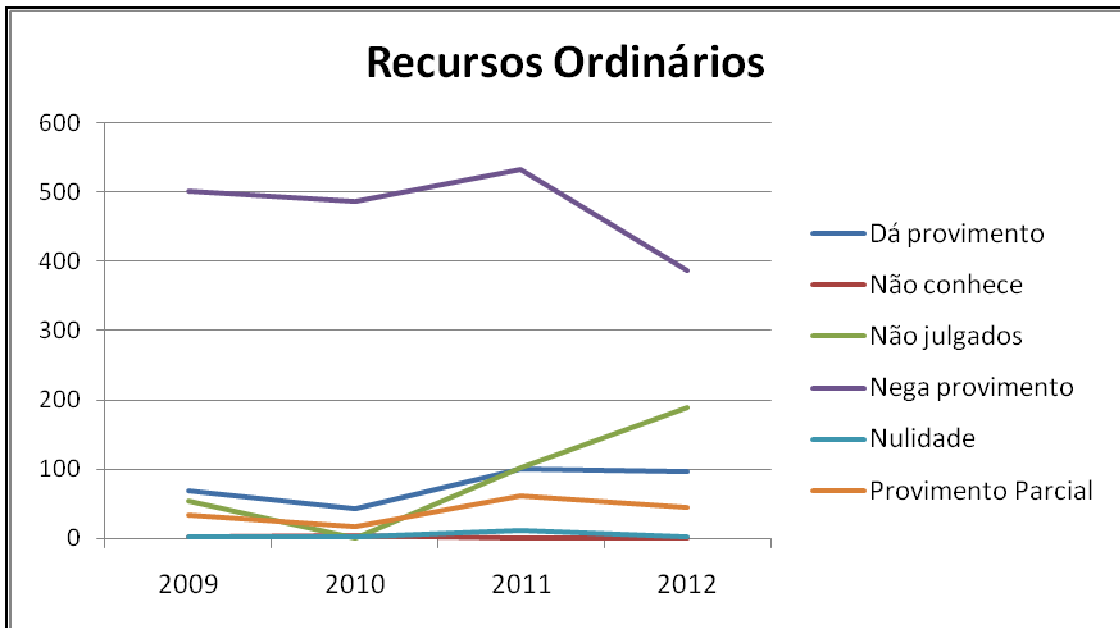
RECURSOS ORDINÁRIOS

Nos processos de Recursos Ordinários, ocorre um aumento considerável nas decisões do tipo “Dá provimento” e “Não julgados” entre os anos 2011 e 2012, assim como nas decisões de “Provimento Parcial”. No entanto a concentração das decisões reside na negativa de provimento.

Tabela 09 - Decisões dos julgamentos de Recursos Ordinários – de 2009 a 2012

Recursos Ordinários (Decisão)	2009	2010	2011	2012
Dá provimento	69	42	101	97
Não conhece	2	4	0	1
Não julgados	54	0	103	189
Nega provimento	501	487	532	386
Nulidade	3	2	12	3
Provimento Parcial	33	17	62	45
TOTAL	662	552	810	721

Gráfico 09 – Decisões dos julgamentos de Recursos Ordinários – de 2009 a 2012



Contribuíram com a realização deste trabalho:

Coleta e compilação de dados: SDG e Deptos. Supervisão da Fisc. DSF I e DSF II

Formatação e análises: Centro de Apoio Estratégico à Fiscalização – SDG / CAEF